

TRANSMITINDO CULTURA: A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL, 1549-1600¹

*José Maria de Paiva**

Proponho-me estudar a forma da catequese que os jesuítas fizeram aos nossos índios, no contexto da colonização: 1549-1600. Este período se justifica por compreender a primeira catequese, organizada no contexto da implantação de um governo central. A forma da catequese diz respeito à atuação dos jesuítas e à *assimilação* pelos índios. Os jesuítas pertenciam à sociedade portuguesa quinhentista e agiam, por conseguinte, segundo a visão de mundo dessa sociedade. O determinante da cultura portuguesa da época era a sacralidade da sociedade: a crença no *orbis christianus* que se realiza, sob o comando do Papa e do Rei. Todos realizavam, no que lhes era próprio, o reino de Deus: o rei governando, o padre rezando, o soldado guerreando, o comerciante tratando, a mulher guardando a casa. Nada havia que não pertencesse à esfera do sagrado, tal como era compreendido. Esta era a visão de mundo cristão. Este era o *serviço* que as pessoas faziam: serviço de Deus, serviço do Rei.

Nesta compreensão, a sociedade era perfeita, a salvação já estava pronta: cumpria apenas realizá-la individualmente. Por isto, a tônica da pregação recaía sobre a fidelidade individual. Os pecados jamais teriam caráter social, cabendo ao pecador arrepender-se e fazer penitência, reintegrando-se desta forma à ordem. Por isto também, aqueles e aquilo que não comungas-

¹ Este trabalho tem como suporte meu livro *Colonização e Catequese*, editado por Cortez & Autores Associados, em São Paulo, 1982.

* Professor de História da Educação Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas "Educação e Cultura Brasileira: séculos XVI a XVIII". jmpaiva@unimep.br

sem dessa ordem achavam-se na desordem, que é a negação do império de Deus. Não se poderia permitir que houvesse espaço para a negação do sagrado. A natureza toda era sagrada. Havia que se restaurá-la, conquistando a terra, conquistando as gentes, plantando a cruz (portuguesa) e batizando os índios, fazendo-os cristãos (i.e. portugueses),

Esta visão de mundo se realizou em circunstâncias históricas: a organização social ganhava foro de única possível, ninguém podendo imaginar situação diferente. A ordem estabelecida era a ordem definitiva. A obra colonizadora era querida pelo rei e, portanto, era obra de Deus. Tudo que se operasse estaria justificado. A catequese dos índios, da forma como a entendia a sociedade portuguesa de então, atenderia necessariamente aos intentos da colonização, intentos de uma sociedade sagrada.

Para esta obra, o Rei, que era Dom João III, enviou os padres da Companhia de Jesus:

El-Rei, que esteja em glória, desejou a Companhia em suas terras, esperando por ministério dela cumprir com muitas obrigações que a Coroa tem, não só como Rei, mas ainda como Prelado, por ser ele e seus descendentes Mestres de Cristo, Santiago e Avis, por cuja razão é pastor espiritual em todas as Índias e terras de sua Conquista, e em muita parte do Reino.²

Simão de Vasconcelos reafirma:

Comunicou a cousa (o Padre Simão Rodrigues de Azevedo) à Alteza del-Rei Dom João o III que então vivia, Príncipe tão pio, e inclinado a propagar a fé, que se lhe ouvira muitas vezes, que desejava mais a conversão das almas, que a dilatação de seu império. E com esta disposição da parte do Rei, e obrigação de nosso Instituto, foi fácil ajustar os intentos, e concluir, que se expedisse uma gloriosa missão a partes tão necessitadas.³

E consultando o negócio com os Padres mais graves, com o mesmo Rei D.João, e mais eficazmente com a Majestade divina, caiu a sorte venturosa sobre o Padre Manuel da Nóbrega.⁴

Vieram, o Padre Nóbrega e seus cinco companheiros, com o primeiro governador-geral no ano de 1549, estabelecendo-se em Salvador, na Bahia. De 1549 a 1600 chegou uma centena de jesuítas, entre padres e irmãos, para cumprirem sua missão no bojo da missão do rei. Tão logo chegaram, iniciaram junto aos índios o seu trabalho de conversão. É deste trabalho que analisarei a funcionalidade.

A Catequese

A *catequese* é entendida como toda a ação pastoral da Igreja: doutri-

nação, práticas devocionais, o próprio comportamento dos cristãos. Quero observar sua funcionalidade colonizadora. Não interessa a este estudo avaliar essa catequese nem pastoral nem teologicamente. Meu objetivo é mostrar como a catequese dos índios esteve, sem mediações, a *serviço do rei*.

Minha primeira hipótese de trabalho é que a religião, nesse momento histórico, era uma expressão cultural, de necessidade, e que a catequese dos índios atendia a essa característica, objetivando, com toda evidência, aportuguesá-los. Aportuguesar implicava situá-los socialmente: arranjar um lugar e um papel para os índios dentro da sociedade portuguesa. Não custa imaginar que lugar e que papel lhes estavam destinados.

Uma segunda hipótese é que os índios não tinham a capacidade de distinguir a diferença dos diversos gestos sociais. Recebiam o impacto da colonização como uma totalidade que os retirava do seu sossego e os punha em nova situação, exigindo-lhes trabalho braçal, participação nas guerras, mudança de costumes, adesão visível à doutrina. Por isto, a catequese se lhes tornou expressão de sua conformação com a vontade dos invasores. Desta cataquese abordarei vários aspectos que nos permitam uma verificação das hipóteses.

A catequese salvacionista

Era próprio da época e os jesuítas o aplicaram aqui: se a sociedade sagrada já estava pronta, restava garantir a salvação individual. Esta foi a tônica da pastoral da Igreja então. O momento presente é grave, porque dele pende a salvação ou a condenação para sempre. O caminho do mal está sempre aberto. O caminho da salvação é a Igreja. Seu ofício de pregadores, desempenhavam-no os jesuítas num estilo milenarista e messiânico: o Senhor está aí, não há tempo a perder! São abundantes os textos jesuíticos que traduzem esta forma de pensar. Eles correm as aldeias, anunciam a mensagem, procuram em cada canto alguém que esteja morrendo e, cumpridas as mínimas exigências, batizam e dão graças a Deus pela alma que, dessa vez, não foi para o inferno. O seguinte relato é ilustrativo:

Estava um índio doente nesta aldeia e viu-se tão mal que parecia a todos que morria. Falou-lhe o Padre Gaspar Lourenço se queria ser cristão: ele secamente respondeu que não queria sê-lo. Voltou o padre a replicar sobre isto, pondo-lhe diante a glória do paraíso e as penas do inferno, e que em mui breve (das duas) uma: ou se fazia filho de Deus e herdeiro da glória ou servo perpétuo do diabo e morador do inferno. Não aproveitou, então, de nada para fazer-se cristão, parecendo-lhe (coisa mui comum entre eles) que com isto porventura o matariam. Foi-se o padre desconsolado, avisando

todavia a seus filhos (um dos quais é catecúmeno e o outro, cristão) que olhassem por ele e o convencessem do batismo. Não pouco depois de sua ida, veio um filho seu a chamar ao padre, dizendo: “vem acudir a meu pai que morre e pede que o batizes”. Foi o padre correndo e encontrou-o inconsciente e depois que voltou a si lhe disse: se era verdade que queria ser cristão? Respondeu que era sim, e que queria que o batizasse. Ora (disse o padre), como me dizias que não querias? O índio se desculpou que não estava em si, repetindo: “Se meus filhos são cristãos, como não queres tu que também o seja? Por isto batiza-me e, assim, possa ir para o céu.”

Não, dizia o Padre Gaspar Lourenço, que dizes agora isto com o medo que te pus do inferno, aonde te haviam de levar os demônios se não fosses batizado; se eu vir em ti melhores mostras e melhor vontade, te batizarei, pois nós só costumamos fazê-lo senão a quem o pede de coração. Vendo-o o padre nestas condições, lhe declarou o que havia de crer e confessou-o e moveu-o a ter contrição de sua vida passada. Feito isto, tornou a lhe perguntar o padre se queria que o batizasse.

Disse-lhe o índio: “Já te disse há muito que sim”.

Disse-lhe: “Por amor de quem?”

Diz: “Por amor de Deus”.

“Para ir para o céu.”

Estando nestas conversas, disse: “Batiza-me que me quero ir desta vida”.

E os filhos instavam, dizendo: “Padre, batiza-o, e depressa: cuidado para que ele não morra sem o batismo. Bem vêes que ele te pede com boa vontade”.

*E o padre o batizou.*⁵

Por este exemplo, à beira da morte, quando todo esforço era pouco – não havia tempo bastante e esse tempo era por demais fugaz, o homem comprometendo para sempre o seu destino – o jesuíta se desdobra, porque acreditava que não era outro o caminho da salvação.

Anchieta teatraliza esta doutrina: a alma, já a caminho do céu, é cercada por demônios insidiosos que a querem levar, acusando-a de pecados cometidos. Ela contesta. Invoca a Nossa Senhora. Um anjo a salva e expulsa os demônios. O drama humano se configura em poucos termos: de um lado, Deus, a Virgem, os Santos e os Anjos; de outro, os demônios. Cada grupo parece ter uma só atividade: conquistar o homem. A alma entra em alucinação:

Eles mentem! São malévolos. O padre me batizou, sim. Eu renunciei a todos os meus hábitos, ouvindo as palavras do sacerdote. Sou cristão. Sou batizado.⁶

Era preciso ser cristão, deixar-se batizar, ingressar na Igreja dos por-

tugueses, ingressar em sua sociedade: aí estava a salvação. O batismo abria a porta para essa sociedade. Desta forma, a pregação jesuítica tinha um duplice caráter salvacionista: salvava o índio do inferno e salvava-o de sua situação “inferior”. Dificilmente se poderia discernir entre uma e outra salvação: nem o índio, nem o jesuíta. O batismo, *in articulo mortis*, denota a violência cultural que sofriam os índios: era tal a potência dos invasores que, mesmo não tendo mais nada a perder, ainda assim tinham medo de perder aquilo que os portugueses afirmavam ir acontecer depois da morte. Eles, os portugueses, é que sabiam da verdade. Como dizia o chefe *fiji*: *Verdade – tudo que vem do país do homem branco é verdade; os mosquetes e a pólvora são verdades; sua religião também tem de ser verdade*. E, com Sahlins, afirmo, em relação aos nossos índios, que *a extraordinária presença do europeu era ... um fato social total, ao mesmo tempo religioso, político e econômico*.⁷ O poder do português era poder de deus: criava a realidade, fazia a realidade: não havia como fugir dela:

Vamos buscar nosso padre que nos há de ordenar agora nossas vidas e apartar-nos do caminho do demônio.⁸

Diante de tanta premência, o padre (a Igreja, a sociedade sagrada) tinha que empregar o medo e o castigo: eram o caminho para os dubitantes, os recalcitrantes. Há que se analisar estes instrumentos no contexto cultural do século 16. Diante do perigo da condenação – tendo em conta que Cristo se sacrificou pelos homens e estabeleceu já a nova ordem da graça – havia urgência de obrigar os homens a se salvarem.

Venham estes gentios ao verdadeiro conhecimento formidine poenae, pois não querem virtutis amore.⁹

Por experiência vemos que por amor é muito dificultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo.¹⁰

Incutia-se o castigo como presença constante do deus policial. Infunde-se, por ele, o sentimento de uma fiscalização permanente, oculta e todopoderosa. Todos os funcionários da salvação usam do castigo e do medo para atingir seus objetivos.

E pensamos que será princípio de um bom castigo e para os outros gentios grande exemplo, e quem sabe se por medo se converterão mais depressa do que o fariam por amor, tão corrompidos são nos costumes e distantes da verdade.¹¹

Nos últimos dias fizemos alguns cristãos. Destes, alguns voltaram a seus costumes. Querendo o Senhor castigá-los, foi tanta a mortandade entre eles que foi coisa estranha, mormente pelos filhos e filhas menores.¹²

Os que querem se batizar já sabem que, se não viverem cristãmente, Nosso Senhor os castigará muito.¹³

A morte era um tema de que os índios não gostavam. Pediam aos padres que não lhes falassem dela. Para a cultura portuguesa, a morte sintetizava um modelo de comportamento a ser seguido. O índio não conhecia essa morte. A força do português jogou sobre ele uma realidade indomável. A morte ritualizava sua fragilidade diante deste mundo novo. Seus feiticeiros diziam que o padre tinha o poder de lançar a morte: deviam evitá-lo. Mas o jesuíta insistia:

A ordem que (os meninos) têm é esta: à noite os padres que tomam conta deles lhes dão meditação sobre a morte ou o juízo ou coisas semelhantes; e pela manhã madrugam e vão pelas casas dos negros e gentios e pegam-nos na cama e ali lhes pregam sobre a morte e o inferno.¹⁴

O missionário participava dos castigos que o governador mandava dar. A salvação, que ele pregava aos índios, destruindo-lhes a inocência da crença numa vida feliz após a morte, introduzia a dicotomia: corpo e alma, terra e céu, inferno e céu, condenação e salvação, nós (os índios) e eles (os portugueses). Há razões de sobra para justificar a pastoral salvacionista dos jesuítas: o que importa, porém, é perceber-lhe as consequências factuais junto aos índios. Os fatos não voltam atrás nem pelas melhores justificações das razões que os engendraram. A salvação termina em condenação!

A catequese legalista

A lei era a forma de explicitação da ordem, ordem sagrada. Esta estava dada. Havia que se lhe garantir a vigência. A lei (as regras, as normas) tem por função garantir com clareza a coerência da forma do comportamento com a ordem. A falta de coerência significava negação do mundo querido por Deus. Os índios não tinham comportamento coerente com a ordem de Deus: estavam na desordem, reino do demônio. Cumpria retirá-los da jurisdição do demônio e inseri-los na comunidade cristã.

A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois

têm muito algodão, ao menos depois de cristãos; tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos, fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes padres da Companhia para os doutrinarem.¹⁵

E os índios, que viviam *sem fé, sem lei, sem rei*, são agora objeto de preocupação dos portugueses legalistas.

Será coisa muito conveniente haver do Papa ao menos os poderes que temos do Núncio e outros maiores... e assim também que a lei positiva não obrigue ainda este gentio, até que vão aprendendo de nós por tempo, scl. jejuar, confessar cada ano e outras coisas semelhantes.¹⁶

É interessante observar a preocupação dos jesuítas com a legislação do matrimônio, contrastando com a própria prática cultura dos índios:

O gentio desta terra, como não tem matrimônio verdadeiro ... Será necessário haver de Sua Santidade nisso largueza destes direitos positivos e, se parecer muito duro ser de todo o positivo, ao menos seja de toda afinidade, e seja tio com sobrinha, que é segundo grau de consanguinidade, e é cá o seu verdadeiro casamento. ... não se casam para sempre viverem juntos como outros infiéis, e se disto (prescrições do direito positivo) usamos alguma hora, é fazendo-os primeiro casar “in lege naturae” ...¹⁷

O que poderia pensar o índio ao tomar conhecimento de tantos misteriosos ordenamentos? No seu catecismo havia uma lista, em português e tupi, de vinte e quatro impedimentos matrimoniais. Não adiantaria nenhuma explicação! Era-lhes inacessível a chave de tão complexa sociedade. Mas os portugueses tinham a verdade!

A pastoral litúrgico-devocional

Os índios não tinham deuses nem ídolos mas tinham seus ritos, sua *santidade* e em honra del cantavam, bailavam e comiam. Seu ritual era bastante sóbrio. O mundo português, e mais propriamente a Igreja, chegaram com um sem-número de devoções: missa, comunhão, confissão, batismo, unção dos enfermos, crisma, casamento, procissões, orações, penitências, bênçãos, rezas, relíquias, medalhas, imagens, “agnus-dei”, água-benta, santos, anjos, etc. Tratou-se de uma verdadeira invasão. Tudo isto serviu de instrumento de evangelização e catequese; entrou na pastoral dos jesuítas. Acompanhemos umas práticas.

Batismo

Nóbrega, logo que chegou escreveu:

Dos que achamos mais seguros, batizamos já cem pessoas pouco mais ou menos, e começamos na festa do Espírito Santo, que é tempo ordenado pela Igreja. E haverá bem seiscentos ou setecentos catecúmenos para batizar em breve, os quais aprendem todos muito bem, e alguns andam já atrás de nós pelos caminhos, perguntando-nos quando os havemos de batizar com grande desejo, prometendo viver como nós lhes dizemos.¹⁸

Dois anos depois, a 2 de agosto de 1551, Antonio Pires escrevia:

Muitos dos gentios pedem a água do batismo, mas o Padre Nóbrega ordenou que primeiro se lhes façam os catecismos e exorcismos, até que conheçamos neles firmeza e que de todo o coração creiam em Cristo, e também que primeiro emendem seus maus costumes.¹⁹

E um ano após, em carta a El-Rei, de 2 de julho de 1552, escreve outra vez Nóbrega:

Alguns se fazem cristãos depois de muito provados, e vai-se pondo em costume de ou serem bons cristãos ou apartarem-se de todo da nossa conversação. E os que se agora batizam os apartamos em uma aldeia, onde estão os cristãos, e têm uma igreja e casa nossa, onde os ensinam, porque não nos parece bem batizar muitos em multidão, porque a experiência ensina que poucos vêm a lume, e é maior condenação sua e pouca reverência do sacramento do batismo.²⁰

Com o aldeamento, de que falaremos adiante, começam os batizados em massa. Encontramos muitos relatos: eram 450, 163, 113, 173, 530, 250, 120, 549, 400, 1.152 índios batizados juntos. Serafim Leite calcula que, entre 1558 e 1566, se batizaram entre doze a quinze mil índios. Muita festa! O batizado, porém, significava, para portugueses e índios – para uns de uma forma, para outros de outra forma – a transformação dos costumes. O rito batismal era a senha do abandono dos costumes *bárbaros* e aceitação dos costumes *cristãos*. Mesmo que os padres não quisessem identificar o batismo como porta para a sociedade portuguesa, era assim que os índios o percebiam e davam a entender. Toda vez, com efeito, que a sujeição baixava sobre eles, pediam imediatamente padres que os doutrinassem. O batismo era o diploma de adaptação.

Um segundo aspecto a destacar é o próprio rito: confere-se ao batizado um nome. Luiz Felipe Baeta Neves escreve:

Ora, o fato de nominar as pessoas é dado por uma imposição da ideologia religiosa cristã: ao passar para o cristianismo, as pessoas devem ser semelhantes aos cristãos, mas não de uma semelhança qualquer ... e sim algo que especifique sua condição de membro de uma comunidade ungida pelo Verbo. Se ... a língua é sagrada, como nomear irmãos por nomes exteriores, estranhos ao Código do Verbo?²¹

O novo nome como que faz renascer o batizado na comunidade cristã. Só isto já bastaria para traduzir todo o significado do rito. No entanto, observamos ainda que o novo nome é um nome português. O índio recém-batizado deixa seu nome antigo, deixa de pertencer ao grupo inominável em língua cristã, e recebe um nome e um modelo. São lhe dados nomes dos grandes portugueses, os que se impuseram primeiramente pela força das armas e, depois, pela força das palavras. Eles não têm apenas uma função patronímica mas patronal. E o jesuíta se comove:

E é muito para louvar a Nosso Senhor, e sinal de grande misericórdia sua, ver fazer a este gentio, sem ninguém o constranger, coisa tanto fora de seu uso e inclinação, como é (...) estarem muitos juntos havendo de perder cada um seu nome e fama de principal (...). Mas pela bondade de Nosso Senhor, um e outro lhes é fácil perder pelo nome de cristãos.²²

Mais do que as palavras rituais, a própria solenidade falava aos índios uma mensagem de regozijo por parte dos portugueses em receber os batizados. Estes portugueses pertenciam à camada dominante: bispo, governador, grandes proprietários, funcionários régios. Era nesta qualidade que eles apadrinhavam os novos cristãos, e não como simples membros da comunidade cristã, ainda que o achassem. Passada a solenidade, restava aos índios ocuparem seu lugar na nova sociedade.

Comunhão

Só em 1573, segundo Serafim Leite²³, foram os índios admitidos à comunhão anual. E só se admitiam os melhores. A comunhão era dada como prêmio de uma vida irrepreensível.

A comunhão teve alguns efeitos salutareis além dos propriamente sacramentais: quanto à instrução religiosa, porque exigindo a doutrina, só para poderem comungar, a aprendiam com diligência; quanto à virtude em geral, porque os que se admitiam “eram os primeiros em todo o gênero de virtude”; e até quanto à civilização material, porque, vivendo os índios em malocas promiscuamente, “os que comungam, para ter mais recolhimento e não ver os excessos que se fazem, pediam ao Provincial lhes desse licença para ter

casas para si, e a alguns se concedeu; e, sobretudo, porque com o receio de lhes ser proibida a comunhão, mantinham-se, em geral, parcos na bebida, coisa talvez a mais importante para se robustecer neles a vontade, emancipando-se de tão arraigados hábitos”²⁴.

Devoções

É Serafim Leite quem afirma:

A festa era grande: havia músicas, salmos ou canções devotas: faziam-se galantarias, divisas; levavam-se grinaldas na cabeça, diademas de penas; havia foguetes, “tiros de espingarda e de câmara”. Os principais pegavam às varas do pátio, vestidos à portuguesa, ou regiam a procissão. Juntavam-se na Aldeia, onde se realizava a procissão, os cristãos das Aldeias vizinhas, com a sua correspondente cruz alçada. (...) No dia consagrado aos patronos das Aldeias, na fundação das confrarias ou festa dos seus patronos, à chegada de relíquias ou inauguração de relicários, em batismos ou comunhões solenes, nas missas novas, ereção ou visitas de aldeias, havia sempre procissão festiva. (...) Repique dos sinos, fogo de artifício, cavalhadas, teatros, atos públicos dos estudantes, frondagens e flores, sermão, confissões, missa cantada.²⁵

O mundo devocional português era enorme: muitos santos, todos desconhecidos, salvo São Tomé, que os padres ligavam a Zumé, de tradição indígena. O catecismo de Antônio Araújo relata a vida de 39 santos. A toponímia brasileira testemunha tanta devoção: Assunção, Bom Jesus, Conceição, Espírito Santo, Santa Cruz, Santo André, Santo Antônio, São João, São Miguel, São Paulo, São Pedro, São Sebastião, São Tiago, Monte Calvário, São Francisco, São Lourenço. Maria tem muitos títulos: Nossa Senhora das Candeias, da Visitação, da Anunciação, da Assunção, da Apresentação, da Purificação, da Vitória, do Rosário. Muitos objetos: relíquias, medalhas, “agnus-dei”, cruzes, fitas. Os santos favoreciam as batalhas dos portugueses: São Sebastião participa da luta contra os franceses. São Tiago também. Santa Úrsula fala a seus colegas Maurício e Vital:

Se os nossos portugueses
nos quiserem sempre honrar,
sentirão poucos reveses.
De ingleses e franceses
seguros podem estar.²⁶

O cenário português, embora tangível, se fazia incompreensível: de

um lado, o Deus trino, a Virgem, os Santos, os Anjos, a beatitude; de outro o homem que tem como recurso os sacramentos, as devoções, os ritos, as orações, o cumprimento dos mandamentos. O índio era conduzido aos mesmos comportamentos dos portugueses para alcançar os mesmos objetivos. Mas, o que estava ele fazendo ali? Se os próprios jesuítas participavam das guerras portuguesas, como os santos do céu poderiam estar do lado dos índios? Sem a adesão ao mundo português, não havia salvação.

O conteúdo da catequese

O conteúdo da catequese feita aos índios era a doutrina cristã: seus dogmas, seus princípios morais, sua espiritualidade.

E o que principalmente pretendemos é que saibam o que toca aos artigos da fé, a saber, o conhecimento da SS. Trindade e os mistérios da vida de Cristo que a Igreja celebra, e que saibam, quando lhes for perguntado, por conta destas coisas, o qual temos em mais que saber as orações de memória.²⁷

Quero tomar o conteúdo da catequese no próprio ato de comunicação, enquanto voltado para o interlocutor. A catequese, com efeito, só se realiza na medida em que alguém ouve: o ouvinte é a exata medida da sua realização; o que não o alcança, o que o ultrapassa em sua capacidade de percepção, nega a própria razão de ser da catequese. Assim, se esta se executa através de um código lingüístico inacessível, a mensagem recebida acaba se identificando com o mágico, com o misterioso, negando seu próprio conteúdo formal.

Têm mui poucos vocábulos para lhes poder bem declarar a nossa fé, mas contudo damos-lha a entender o melhor que podemos e algumas coisas lhes declaramos por rodeios. Estão muito apegados com as coisas sensuais. Muitas vezes me perguntam se Deus tem cabeça, e corpo, e mulher, e se come, e de que se veste, e outras coisas semelhantes.²⁸

Seria necessário um estudo das fórmulas apresentadas aos índios, para captar até que ponto os “rodeios” permitiram aos índios o conhecimento da mensagem. Não existe um estudo crítico do catecismo do Pe. Antônio de Araújo. Não podemos avaliar diretamente a transposição que se fez de um universo cultural para o outro. O catecismo, por exemplo, conservava em português expressões como Santíssima Trindade, Espírito Santo, Santa Igreja Católica, Santos, Virgem Maria, Missa, Purgatório. Houve um ponto de estagnamento. Disto Nóbrega testemunha:

Como não sabem que coisa é crer nem adorar, não podem entender a pregação do Evangelho, pois ela se funda em fazer crer e adorar a um só Deus e a esse servir; e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizes se fica em nada.²⁹

A racionalização

A pregação cristã exige uma resposta: – creio. O índio, porém, não sabia o que era crer! Quando, no catecismo, se pergunta “que cousa é a fé?”, a resposta aponta para o crer: *É um dom de Deus na alma, como qual cremos firme e catolicamente tudo o que Deus nos tem revelado, segundo a Santa Madre Igreja no-lo ensina*³⁰ A resposta se torna vazia. A fé se revestira de uma forma racionalizada: no Ocidente não havia outra forma de se pensar que não através da *razão*. A fé ficou condicionada à capacidade de abstrair. A catequese quinhentista era, com efeito, uma iniciação à fé cristã, tal como era entendida e professada. A cultura indígena não trabalhava com essas abstrações. Havia um curto-circuito na comunicação. Depois de onze anos de trabalho, Nóbrega escreve:

*Porque conforme estes são brutais, se não vão doutrinados quando pequenos, dos grandes nunca homem se satisfaz da sua fé, nem da sua contrição, para os batizar, ainda à hora da morte, nem têm capacidade para entender o que se lhes prega, tanto que algum de nós, por sua bruteza, foi de opinião não se dever batizar nenhum deles.*³¹

Exigia-se do índio uma demonstração de fé a que ele não podia assentir. O saber original da fé ficou reduzido a decorar. A profissão da fé, a um som, ainda que este som justificasse a cobrança de novos costumes, à moda portuguesa.

Pregação cristã versus sepação dos pajés

A catequese dos padres não foi tranquilamente aceita. As dificuldades não eram apenas lingüística. Os índios não assistiram passivos à dominação: eles se defendiam como podiam e quando não podiam, fugiam. Os movimentos *messiânicos* atestam a oposição que eles fizeram à nova pregação. O pajé representava tudo o que os índios criam e, nesta função, sustentavam a cultura. Contra eles, sobretudo, agem os jesuítas. – Que pregavam os pajés?

Esta gentildade a nanhuma coisa adora, nem conhecem a Deus. (...) So-

mente entre eles se fazem uma cerimônias da maneira seguinte. De certos em certos anos vêm uns feiticeiros de longes terras, fingindo trazer santidade. E ao tempo de sua vinda lhes mandam alimpar os caminhos e vão-nos receber com danças e festas, segundo o seu costume, e antes que cheguem ao lugar, andam as mulheres de duas em duas pelas casas, dizendo publicamente as faltas que fizeram a seus maridos, e umas a outras, e pedindo perdão delas. Em chegando o feiticeiro com muitas festas ao lugar, entra numa casa escura, e põe uma cabaça, que traz, em figura humana, em parte mais conveniente para os seus enganos, e mudando a sua voz como de menino, e, junto da cabaça lhes diz

- *que não curem de trabalhar;*
- não vão à roça, que o mantimento por si crescerá e que nunca faltará que comer,
- e que por si virá à casa;
- e que as agulhadas irão acabar;
- e as frechas irão ao mato por caça para o seu senhor;
- e que hão de maar muitos dos seus contrários e cativarão muitos para os seus comeres;
- e promete-lhes larga vida;
- e que as velhas se hão de tornar moças;
- e que as filhas que as dêem a quem quiserem.

E outras coisas semelhantes lhes diz e promete com que os engana. De maneira que crêem haver dentro da cabaça alguma coisa santa e divina, que lhes diz aquelas coisas as quais crêem.³²

Os pajés pregavam as tradições, confirmando sua organização social presente, sob os véus de uma realização completa. O discurso messiânico diz respeito ao agora. O missionário ouve esse discurso e o contesta: trata-se de uma *enganação*. O saber do pajé reflete a desordem, função do diabo. O missionário restaura a ordem. A salvação se impõe, agora, destruindo o saber (indígena) que confronta “o” saber (português) e rejeitando a organização social que confronta a organização cristã.

Trabalhei por me ver com um feiticeiro, o maior desta terra, o qual todos mandam chamar para curar as suas enfermidades. Perguntei-lhe in qua potestate haec faciebat, se tinha comunicação com Deus, que fez o Céu e a terra e reinava nos Céus, ou com o demônio que estava nos infernos. Respondeu-me com pouca vergonha que ele era Deus e que havia nascido Deus e apresentou-me ali um a quem dizia ter dado saúde e que o Deus dos Céus era seu amigo, e lhe aparecia em nuvens e trovões, e em relâmpagos e em outras coisas mais.

Trabalhei, vendo tão trande blasfêmia, por ajuntar toda a Aldeia com altas vozes aos quais desenganei e contradisse o que ele dizia, por muito espaço de tempo, com um bom língua, que ali tinha, o qual falava o que eu lhe

dizia em alta voz com sinais de grandes sentimentos que eu mostrava. Viu-se ele confuso. E fiz que se desdissesse do que tinha dito e emendasse a sua vida e que eu rogaria a Deus que lhe perdoasse. Entre esta gente, que presente estava, vi alguns mancebos e mulheres à maneira de pasmados do que lhes eu contava das grandezas de Deus. Depois me pediu este que o batizasse, que queria ser cristão. E agora é um dos catecúmenos.³³

O missionário desmascarava o pajé e o reduzia ao estado de catecúmeno. A verdade era sua: *Deus vos envia a verdadeira santidade, que é a cruz! Deus tem vida para os que nele crerem.*³⁴ E nomeavam as coisas. E curavam os doentes. Prometiam a vitória (se aliados aos portugueses). Garantiam a felicidade. Começaram a pregar à moda dos pajés. À moda dos pajés, começaram a fazer suas entradas nas aldeias e, assim, eram recebidos. Em termos religiosos poderia parecer uma troca de “religião”. Em termos estratégicos, no entanto, estava se impondo a nova ordem e assumindo as funções de direção. A substituição dos funcionários, do pajé pelo jesuíta, equivalia à declaração de guerra total à ordem encontrada.

A Foma de Catequização

Qual a forma sob que se realizou a catequese? É preciso perguntar aos índios como isto se deu. Disto, porém, não temos documentos. Somente através dos textos portugueses que poderemos imaginar a reação deles. Os jesuítas atestam em suas cartas que os índios não têm capacidade para a fé³⁵; que estão mais próximos dos brutos animais que dos homens³⁶; que são inconstantes³⁷; que não estão maduros³⁸; que voltam atrás tão logo se afrouxe a sujeição³⁹ – o que era verdade. E finalmente se fixam na posição de que só com sujeição e aldeamento é possível fazer alguma coisa⁴⁰.

A aldeia

A catequização dos índios não dava os frutos esperados: muitas tribos, muito nomadismo, poucos padres, perigos de toda sorte, abuso dos portugueses. A experiência mostrava que só com o aldeamento haveria possibilidade de ter êxito. Para tanto, era necessário que a força militar estivesse junto, obrigando a entrar e a obedecer. A aldeia congregava os índios, prontos para atender ao chamado da campanha, à pregação da doutrina, ao chamado à oração, ao sinal para o trabalho e ao toque de recolher: tudo permanecia sob controle. A aldeia garantia a produção dos meios de subsistência e servia de reserva aquartelada para a defesa e o ataque. Com a aldeia, os índios perdem suas comunidades, o motivo da guerra aos *contrários*, a liberdade, seus costu-

mes. A aldeia vai formar um novo índio, que *nada mais tinha de índio*, na expressão de Anchieta⁴¹. O processo de desintegração sócio-cultural encontrou na aldeia o elemento catalisador por excelência, experimentando o índio na própria carne a identificação da mensagem religiosa com sua sujeição e o despojamento de sua cultura.

E é muito para louvar a Nosso Senhor e sinal de grande misericórdia sua, ver fazer a este gentio, sem ninguém o constringer, cousa tanto fora de seu uso e inclinação, como é ajuntarem se de diversas partes, tendo em pouco o seu trabalho de fazer casas e roças de novo, afora o haver de deixar as mancebas e o beber supérfluo; e, além disso, estarem muito juntos, havendo de perder cada um seu nome e fama de principal e ficarem muitos debaixo de um só, o que eles não sentem pouco, e além disso perderem a fama de quigr-e ibás, que quer dizer valentes e ditosos em guerras, e de comedores de escravos, grande felicidade entre eles. Mas, pela bondade de Nosso Senhor, um e outro lhes é fácil perder pelo nome de cristãos e gente que tem igrejas em suas terras e tem por desditosos aos que disto carecem.⁴²

Serafim Leite resume:

Pero Rodrigues (provincial que foi na última década do século 16), feita a experiência de meio século, sintetiza o fruto das Aldeias, nestas quatro vantagens: proveito para os índios que se civilizam e salvam; proveito temporal dos Portugueses, nas guerras contra os estrangeiros, que mais temaem as frechas dos índios que os arcabuzes dos brancos; proveito contra os negros, de cuja multidão é para temer não ponham alguma hora em aperto algumas Capitánias; proveito dos moradores, a quem servem por soldada congorme o regulamento de El-Rei⁴³.

O governo e a transformação dos costumes

A aldeia impôs o governo e a transformação dos costumes. Mem de Sá instituiu o pelourinho, conferindo o cargo de meirinho a um índio, subordinando-o ao jesuíta. Eles, que não tinham a quem obedecer,

não estão sujeitos a nenhum rei ou chefe ... não há quem os obrigue pela força a obedecer ... e, finalmente, cada um é rei em sua casa e vive como quer⁴⁴

A língua deste gentio toda pela costa é uma, carece de três letras, scl. não se acha nela f, nem l, nem r, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente.⁴⁵

agora estão sujeitos a um único chefe. Há uma lei: não podem comer carne humana, não podem guerrear sem licença, não podem ter mais que uma mulher, não podem andar nus, não podem conservar seus feiticeiros, não podem mudar de domicílio, devem viver em justiça e receber a doutrina. Enfim, beber vinho à noite, roubar, desejar mulher, fazer esposas pecarem, cometer desonestidades, espreitá-las, esconder os pecados grandes, prezar o nome antigo, abandonar a aldeia, ficar sem ouvir missa, comer carne todos os dias, roçar e plantar nos dias santos, falar mentiras, maledicências, dançar e adornar-se, tingir-se de vermelho, empenar o corpo, pintar as pernas, fazer-se negro, fumar, curandeirar, enfurecer-se, andar matando, comer um ao outro, amancebar-se, ser espião: eis de quanta coisa deve agora o índio se esquivar.

Estes são os “benefícios da catequese e colonização”!⁴⁶ Os jesuítas gastavam todo o seu tempo em corrigir os costumes: estes se identificavam a mensagem da salvação. *Enquanto não o falarem* (o português) *não deixam de ser gentios nos costumes*⁴⁷. A primeira radical transformação era o apartar-se dos que não queriam se converter. Como os próprios portugueses não davam o bom exemplo, decidiu-se pela Aldeia cristã. Aí a disciplina marcou a educação dos índios: o dia se achava todo dividido em horários, da manhã à noite. Modificou-se o tipo de trabalho: antes, caça e pesca, um pouco de lavoura na medida da necessidade; agora:

não conheciam, antes do descobrimento, nem o arado, nem a nora, nem os quadrúpedes de tiro para as lavranças ... Com os portugueses exercitaram todas as indústrias agrícolas e, em particular com os jesuítas, chegaram a realizar empresas hidráulicas de grande envergadura, represas, canais, etc. ... Utilidade pública e civilizadora evidente.⁴⁸

Eles passaram a trabalhar na construção de casas, de ruas, estradas, paliçadas; a fazer o transporte por terra e por água. Gabriel Soares de Sousa elogia sua habilidade para os ofícios de carpinteiros, serradores, oleiros, carreiros, lenhadores, e para todos os ofícios de engenhos de açúcar, bem como para criarem vacas. A ordem era o trabalho, porque, além de muito necessário (para os portugueses), exercitava a disciplina, de que os índios eram tão carentes. O fato é que, já nos cinco primeiros anos da chegada dos jesuítas, os índios produziram por volta de 1.400 toneladas de farinha, das quais dois terços procediam do mesmo lugar.⁴⁹

Uma segunda transformação dizia respeito à organização da família:

... o muito que Deus obra entre eles; porque, tendo eles por uma das maiores cousas ter muitas mulheres, – porque toda a sua honra é ter muitos

filhos – se contentam já com uma; e nas aldeias onde residimos estão com uma só casados em lei de natureza, e correm-se já, quando lhes perguntam quantas têm, de dizerem que têm mais de uma.⁵⁰

Em lei de natureza ou em lei da graça, todos os casamentos se vêem agora registrados! Mas, uns e outros destroem os costumes gentios. A imposição da monogamia teve por efeito a desagregação social, racionalizando o parentesco, as relações sociais, o sexo.

Estão tão sujeitos que não dão importância nem a pais nem a parentes.⁵¹

Também a guerra intertribal foi proscrita: *que não matassem os contrários senão quando fossem à guerra*⁵². Atingiu-se, assim, também a antropofagia: *Praeterea, que não comessem carne humana, vício tão torpe acerca de Deus e dos homens*⁵³.

Levanta-se aqui uma questão referente à funcionalidade da catequese: o que justificava a guerra dos portugueses que não justificava a guerra intertribal? Mais, os mesmos padres, que proibiam em nome de Deus a guerra intertribal, abençoavam-na quando se tratava de iniciativa portuguesa.⁵⁴

Outro problema – ao que parece, até agora não considerado – diz respeito à antropofagia combatida: – como teriam os índios recebido a mensagem religiosa de um deus-comida, se os mesmos pregadores desta doutrina combatiam a tradição do homem-comida? Se este era já vício tão torpe, quanto não seria o primeiro? Anchieta não estava sublimando de fato os mesmos motivos que os índios aduziam para seus banquetes antropofágicos e não era assim que os índios assimilavam sua doutrinação, ao escrever ele e ao ouvirem estes:

Su carne y sangre real
les dejó de que comiesen,
para que siempre viviesen
com su pastor eternal,
y en él se convirtiesen.⁵⁵

Pela catequese ficava claro para os índios que as coisas, se procedem dos portugueses, são boas; se atestam sua origem indígena, são más. As primeiras se afirmam dogmaticamente. As segundas se derogam.

Conclusão

1. No contexto português quinhentista de unidade originária entre a fé e o poder político – este se identificando também com a direção dos

negócios econômicos – compreende-se que a pregação da religião tenha feito parte de todo um conjunto de recursos usados para a consecução dos grandes objetivos assinalados pelo estamento dominante para a sociedade. Não se deve, com efeito, analisar o processo colonial como um empreendimento do comércio ao qual se tenha associado a Igreja, um à busca do ouro, outro à busca das almas. O homem português, conscientemente uno pela instauração do Reino dos Céus neste tempo, não chegou ao uso da razão esclarecida e, por conseguinte, não soube dissociar o escatológico, do presente; o espiritual, do temporal; o religioso, do econômico; a fé, do império. Ideologicamente, não havia para ele prioridade entre um e outro, tanto assim que os próprios missionários usavam de argumentos econômicos para conseguir meios para a salvação. Isto nos permite compreender o que aconteceu. Isto, porém, não refaz o acontecido.

A catequese serviu de instrumento para a imposição dos usos e costumes portugueses. O índio, em todos os sentidos, sofreu a ação: teve voz passiva porque as forças adversas eram incomparavelmente maiores. Ele sabia, na carne, que costumes novos era destruição de sua tradição. Se cedeu, não foi porque quis: foi por impotência. É isto que significa o “desejo” que tinha de receber doutrina, de seguir os mesmos costumes cristãos. Faltavam-lhe condições de debelar o intruso. Não podia fazer do português-invasor um *contrário* como os outros *contrários* e dar-lhe guerra. O *contrário* era da mesma raça e da mesma cultura, estava eminentemente presente, a cada gesto, a cada passo, a cada momento; era o seu estímulo de vida social. Em “língua-agem contrária”, todo mundo se entendia. Com o português não se dava o mesmo. Este veio como diferente. Diante dele o índio não tinha pontos de contato que permanecessem inabaláveis: estremecia sua integração sócio-cultural. Veja-se, por exemplo, o trato comercial.

O índio desconhecia o comércio, à época do descobrimento. O português veio e com ele começou a escambar. Num primeiro momento caíram-lhe do céu presentes maravilhosos: espelhos, contas, facas, tesouras, panos, etc. Depois se lhe pediu algo em troca: trabalho, mulheres, *contrários*, comida, pau-de-tinta, etc. O índio não tinha capacidade de conhecer a desproporção do trato: não tinha o conceito de valor econômico. Pelo comércio entrou a corrupção de sua sociedade e de sua cultura. Quando não se fez por bem, se fez pela força. Assim, por exemplo, o *principal* já não era mais o *valente e ditoso em guerra*, mas o que carregava mais objetos de troca. Viver bem já não era andar mais de trezentas milhas só para sentir o prazer e a doçura dos ritos antropofágicos⁵⁶, mas fixar-se na terra para que a produção acontecesse. Viver em família já não era ter seis ou sete mulheres, à vontade, mas apartar-se destes costumes e ser amigo dos padres. E assim por diante.

Ou o índio migra para bem longe da costa ou, por não ter outra saída, se convence de que o português, afinal, é maior, e se põe sob a custódia

do jesuíta. O pedido de doutrina é declaração da impotência a que se viu reduzido.

2. 2. O jesuíta, encarregado do ministério da salvação junto aos índios, veio mandado pelo príncipe, irmanado aos homens do governo, aos projetos do governo, à ideologia do governo. Sua salvação vinha do alto, em duas instâncias: a divina e a régia/real. A crença na indissociabilidade das duas moldou os resultados de todo o seu trabalho de evangelização.

Deste jesuíta o índio brasileiro não foi interlocutor: não tinha palavra. Diálogo intercultural não houve, nem mesmo se vislumbrava sua possibilidade. Sua pastoral compreendeu postulados totalitários: a ignorância profunda do índio, a substituição de suas crenças e costumes, a intimidação por conceitos doutrinários e pelo recurso à força, incluindo a sujeição; promessas messiânicas e a formação das novas gerações.

Com efeito, a religião querida pelo estamento era a que bastasse para sustentar o estilo de vida português. A religião estava mesmo identificada com gestos, também para os portugueses. O índio a assimilou como “dos portugueses”, como todas as outras coisas. É sob este prisma que deve ser estudada a catequese dos índios. Não se trata de saber simplesmente o que se pregou e se ensinou: isto se encontra nos documentos; mas o de saber como esta pregação e ensinamento caíram sobre os ouvintes. A catequese, no processo de formação cultural, mais do que temário de pregação, foi e tem que ser vista como o conjunto dos fatores em jogo. As razões fatuais são muito mais influentes que a simples enunciação verbal.

É de se estranhar uma história da catequização quinhentista que não leve em conta a forma pela qual o índio, seu destinatário, a recebeu. Reconstituir a história implica situar a catequese no mesmo patamar que as demais manifestações da forma de ser português. Se o português e, sobretudo, se o jesuíta não percebeu isto, o índio certamente o percebeu, se não em termos conceituais, com toda certeza na experiência do dia a dia.

Notas Bibliográficas

² Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil e mais escritos*, p.38

³ Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus*, p. 170

⁴ *ib.*, p. 173

⁵ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. III, p. 401

⁶ Anchieta, **Poesias**, p. 627.

⁷ Sahlins, **Ilhas de História**, p. 65

- ⁸ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, T. III, P.401.
- ⁹ ib, t. II, p. 9.
- ¹⁰ ib. p. 27
- ¹¹ ib. t. I, p. 158.
- ¹² ib. p. 303
- ¹³ ib. p. 317
- ¹⁴ ib. p. 416
- ¹⁵ ib. t. II, p. 447
- ¹⁶ ib. t. I, p. 124
- ¹⁷ ib. t. II, p. 277
- ¹⁸ Manuel da Nóbrega. CARTAS DO BRASIL e mais escritos, p. 51
- ¹⁹ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. I, p. 252
- ²⁰ ib. p. 346
- ²¹ Luiz Felipe Baeta Neves, **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**, p. 47
- ²² CARTAS dos primeiros jesuítas do Brasil. III, p. 476
- ²³ **História da Companhia de Jesus no Brasil**, t. II, p. 288
- ²⁴ ib
- ²⁵ ib p. 316
- ²⁶ José de Anchieta, **Poesias**, p. 386
- ²⁷ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. II, p. 314
- ²⁸ Manuel da Nóbrega, **Cartas do Brasil e mais escritos**, p. 66
- ²⁹ ib. p. 221
- ³⁰ Marcos Jorge, **Doutrina Cristã**, p. 27 v.
- ³¹ Manuel da Nóbrega, **Cartas do Brasil e mais escritos**, p. 388
- ³² ib. p. 62
- ³³ ib. p. 56
- ³⁴ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. I, p. 143
- ³⁵ ib, t. II, p. 147; t. III, p. 361
- ³⁶ ib, t. II, p. 114
- ³⁷ ib, t. II, p. 320; t. III, p. 45
- ³⁸ ib, t. II, p. 131
- ³⁹ ib, t. III, p. 305

- ⁴⁰ ib, t. I, p. 12; t. II, p. 401, 450; t. III, p. 255
- ⁴¹ ib, t. II, p. 82
- ⁴² ib. t.II, p. 82
- ⁴³ Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, t. II, p. 43
- ⁴⁴ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. II, p. 114
- ⁴⁵ Pero de Magalhães de Gândavo, **Tratado da Província do Brasil**, p. 182
- ⁴⁶ Serafim Leite, op. cit, t. II, p. 46
- ⁴⁷ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. I, p. 360
- ⁴⁸ Serafim Leite, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, t. I, p. 138
- ⁴⁹ Alexander Marchant, **Do Escambo à Escravidão**, p. 122
- ⁵⁰ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. III, p. 315
- ⁵¹ ib. t. I, p. 252
- ⁵² ib. t. II, p. 382
- ⁵³ ib.
- ⁵⁴ ib. t. I, p. 257; t. III, p. 465
- ⁵⁵ José de Anchieta, **Poesias**, p. 419
- ⁵⁶ CARTAS dos primeiros jesuítas do brasil, t. II, p. 113

Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, J. *Poesias*, São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.
- _____. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Pe. Joseph de Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- CARTAS dos primeiros jesuítas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954. 3v
- GÂNDAVO, P.M. *Tratado da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1965.
- NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos (opera omnia)*. Coimbra: Universidade, 1955
- NOVAS CARTAS JESUÍTICAS (De Nóbrega a Vieira). Rio de Janeiro: Nacional, 1940
- SOUSA, G.S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971

- VASCONCELOS, S. *Crônica da Companhia de Jesus*. (1627) Petrópolis: Vozes, 1977
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugalia/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 v
- MARCHANT, A. *Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Rio de Janeiro: Nacional, 1943
- NEVES, L.F.B. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.
- PAIVA, J.M. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982